

## Destaques

25/01	Economia	INE divulgou <a href="#">Contas Regionais</a> – 2005
25/01	Economia	INE divulgou <a href="#">Anuário Estatístico de Portugal</a> – Janeiro 2006
17/01	Economia	BCE divulgou <a href="#">Boletim Mensal</a> – Janeiro 2006
16/01	Preços	Eurostat divulgou Estatísticas do <a href="#">Índice de Preços no Consumidor na UE27</a> – Dezembro 2006
15/01	Turismo	DREM divulgou <a href="#">Estatísticas da Actividade Turística</a> – Novembro 2007
15/01	População & Condições Sociais	INE divulgou informação relativa ao <a href="#">Rendimento e Condições de Vida</a> – 2006
09/01	Comércio Internacional	INE divulgou <a href="#">Estatísticas do Comércio Internacional</a> – Outubro 2007
08/01	Economia	Banco de Portugal divulgou <a href="#">Boletim Económico</a> – Inverno 2007

## IPCTN - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

As actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) incorporam uma grande relevância para o bom desempenho económico de Portugal. O agravamento das condições a que as empresas estão sujeitas do ponto de vista concorrencial impõem, no contexto da globalização, uma crescente necessidade de evolução e diferenciação pela inovação como forma de afirmação no mercado internacional. Neste enquadramento, a formação avançada e o investimento em actividades de I&D constituem dimensões de grande importância estratégica que merecem ser incentivadas e acompanhadas.

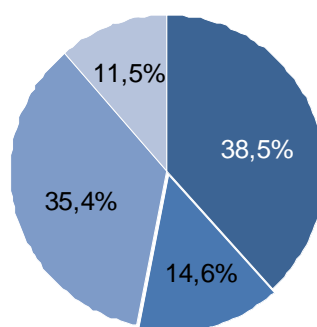
O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, publicou recentemente a 12.ª edição do **Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)**, de periodicidade bienal, onde é recolhida informação sobre os recursos humanos e financeiros afectos à actividade de investigação e desenvolvimento. A

presente publicação compara resultados ao nível das NUT II entre os diversos sectores de execução – Empresas, Estado, Ensino Superior e Instituições sem Fins Lucrativos. O período de referência dos resultados obtidos no IPCTN reporta-se ao ano de 2005.

Os resultados globais do Inquérito revelam que, em 2005, foram gastos 1.201.111,6 milhares de euros em I&D, mais 17,8% do que em 2003. O sector empresarial foi o que efectuou o maior volume de despesas em I&D em 2005, que atingiu os 462.014,9 milhares de euros (38,5% do total nacional). As despesas em investigação e desenvolvimento realizadas pelo ensino superior constituíram a segunda maior fatia de gastos, que corresponderam a 35,4% do total. Por seu turno, o Estado (14,6%) e as instituições privadas sem fins lucrativos (11,5%) foram os que menos recursos financeiros dirigiram a este tipo de actividades. O gráfico seguinte ilustra a repartição das despesas em I&D por sector de execução em 2005.

## Despesas em I&D por Sector de execução em 2005 Total nacional

- Empresas
- Estado
- Ensino Superior
- Instituições Privadas sem Fins Lucrativos



Fonte: IPCTN 2005

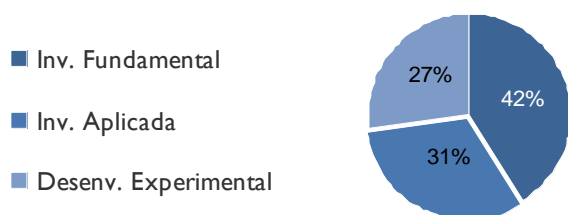
No que à categoria de actividade de I&D diz respeito, os resultados do Inquérito permitem constatar que a maior fatia das despesas foi canalizada para a investigação aplicada<sup>1</sup> (37,4%). Os gastos em desenvolvimento experimental<sup>2</sup> constituíram 37,3% do total das despesas efectuadas em I&D em 2005 e os restantes 25,3% foram dirigidos à investigação fundamental<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Consiste em trabalhos, originais efectuados com vista à aquisição de novos conhecimentos, mas para uma finalidade ou um objectivo predeterminados.

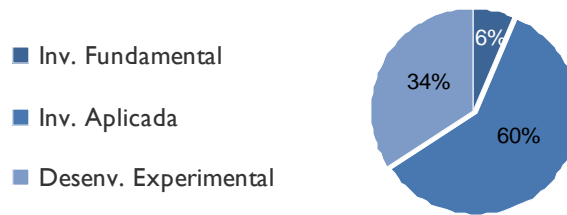
<sup>2</sup> Consiste na utilização sistemática de conhecimentos existentes, obtidos por investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, estabelecimento de novos processos, sistemas ou serviços, ou para melhoria significativa dos já existentes.

A análise da estrutura das despesas em I&D dos sectores de execução denuncia a existência de interesses diferenciados em matéria de I&D. Se por um lado o desenvolvimento experimental destaca-se como a actividade mais importante para as empresas, que reservaram 63,9% do total das despesas efectuadas no âmbito da investigação e desenvolvimento, 59,2% das verbas do Estado destinadas à I&D em 2005 foram direccionadas para a investigação aplicada, enquanto que as instituições privadas sem fins lucrativos e o ensino superior destinaram a maior parte dos seus recursos financeiros à investigação fundamental (41,2% e 42,0%, respectivamente). Os gráficos seguintes mostram como foi repartida a despesa em I&D de cada um dos sectores de execução.

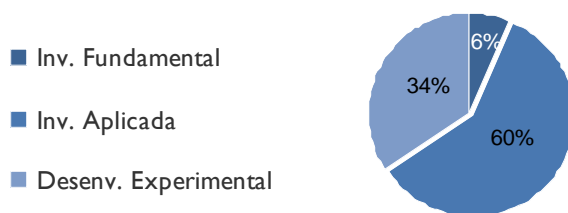
## Despesas das Empresas em I&D por categoria de actividade



## Despesas do Estado em I&D por categoria de actividade



## Despesas do Ensino Superior em I&D por categoria de actividade



## Despesas das IPSFL\* em I&D por categoria de actividade



\* Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte: IPCTN 2005

A análise espacial da despesa em I&D permite constatar que Lisboa foi a região onde foi executado o maior volume de gastos no âmbito da investigação e desenvolvimento em 2005, que ascendeu a 53,6%

<sup>3</sup> Consiste em trabalhos, experimentais ou teóricos, empreendidos com a finalidade de obtenção de novos conhecimentos científicos sobre os fundamentos de fenómenos e factos observáveis, sem objectivo específico de aplicação prática.

(cerca de 644 milhões de euros) do total da despesa realizada em Portugal, seguida das regiões Norte e Centro onde se efectuaram 23,9% e 15,5% do total das despesas em I&D, respectivamente. A Região Autónoma dos Açores (RAA) foi, por seu turno, a região com menor volume de despesas, que não ultrapassaram os 11,32 milhões de euros.

Na **Região Autónoma da Madeira (RAM)** os gastos com I&D atingiram os 12,31 milhões de euros em 2005, registando, a par do Algarve e da RAA, as despesas menos significativas do país em termos absolutos. Não obstante, a RAM foi a região portuguesa onde os gastos com investigação e desenvolvimento registaram o acréscimo mais significativo face a 2003. Com efeito, as despesas de I&D cresceram 61,2% face a 2003, superando de forma expressiva o incremento registado ao nível nacional (17,8%). No Algarve e na RAA as despesas em I&D foram inferiores aos gastos efectuados em 2003, tendo-se verificado decréscimos na ordem dos -5,2% e -8,1%, respectivamente. O quadro seguinte revela as despesas em I&D das regiões portuguesas em 2005 e a respectiva evolução face aos dados de 2003.

## Despesas em I&D por NUT II

(Milhares de euros)

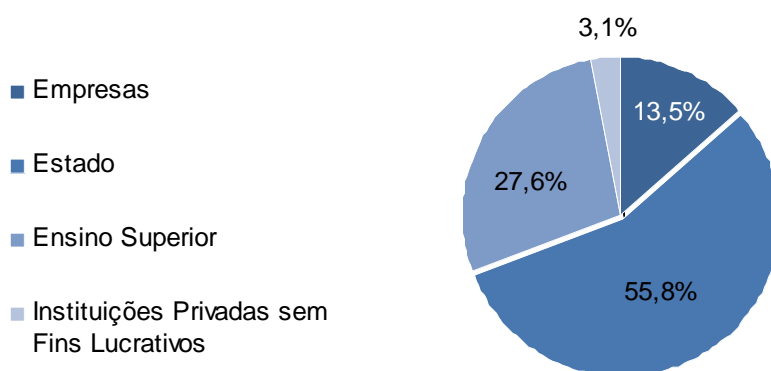
	2003	2005	Varição 2003/2005 (%)
Norte	246 402,8	287 451,8	16,7
Centro	167 024,4	186 418,6	11,6
Lisboa	531 688,7	643 908,1	21,1
Alentejo	40 986,1	46 877,3	14,4
Algarve	13 534,9	12 827,3	-5,2
RAA	12 308,6	11 316,7	-8,1
<b>RAM</b>	<b>7 635,6</b>	<b>12 310,9</b>	<b>61,2</b>
<b>Total Nacional</b>	<b>1 019 581,0</b>	<b>1 201 110,7</b>	<b>17,8</b>

Fonte: IPCTN 2003 e IPCTN 2005

A distribuição das despesas em investigação e desenvolvimento por sector de execução na RAM é reveladora da importância do sector público enquanto impulsionador de actividades desta natureza. Com efeito, a parcela das despesas feitas pelo sector “Estado” ascende a 55,8% do total dos gastos realizados na

Região em 2005. O ensino superior assume-se como segundo sector de execução de maior relevo, tendo sido responsável por 27,6% do total das despesas efectuadas ao nível regional. Contrariamente ao que aconteceu ao nível nacional, as empresas regionais não assumiram, em 2005, um papel de relevo na estrutura das despesas em I&D. O gráfico seguinte mostra a estrutura de despesas em I&D por sector de execução na Região em 2005.

## Despesas em I&D na RAM por sector de execução em 2005

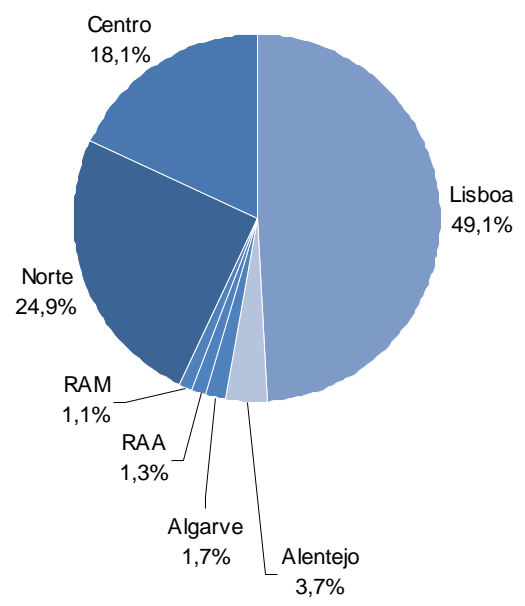


Fonte: IPCTN 2005

No que concerne aos recursos humanos, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2005 dá conta da existência de 25.727 pessoas a exercer actividades de I&D em Portugal, o que representou um ligeiro acréscimo face ao contabilizado em 2003 (0,8%). A distribuição espacial dos recursos humanos ligados às actividades de I&D apresentava, de acordo com a informação relativa a 2005, desequilíbrios significativos. Efectivamente, para além de Lisboa, que concentrava o número mais significativo de recursos humanos afectos às actividades de investigação e desenvolvimento (49,1% do total nacional), apenas as regiões Norte (24,9%) e Centro (18,1%) tinham alguma expressão neste indicador. Nas restantes regiões, o peso dos profissionais na área de I&D assumia proporções pouco significativas, variando entre os 3,7% no Algarve e os 1,1% na RAM.

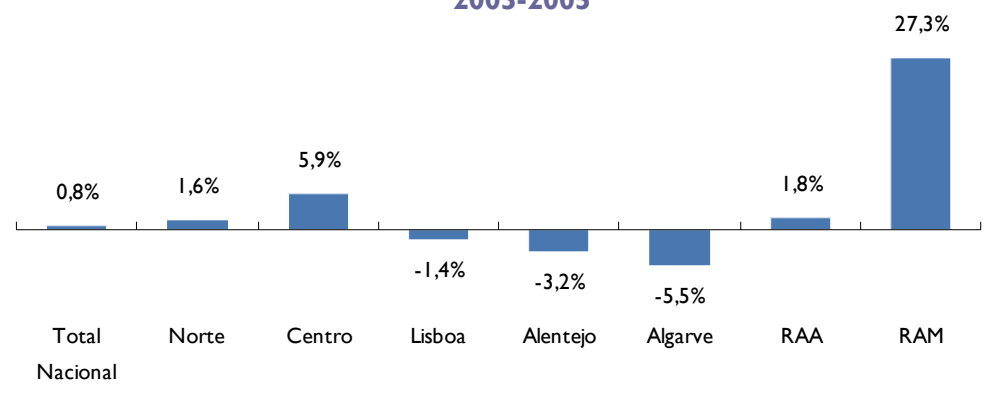
Apesar do reduzido número de pessoas afectas à I&D na Região Autónoma da Madeira, esta foi a região portuguesa que registou o acréscimo mais significativo (27,2%) face a 2003, seguida da região Centro (5,9%), da RAA (1,8%) e da região Norte (1,6%). Lisboa, Alentejo e Algarve registaram variações negativas. Os gráficos seguintes ilustram a distribuição espacial dos recursos humanos em actividades de I&D em 2005 e a variação face aos resultados do IPCTN de 2003.

## Distribuição dos Recursos Humanos com actividades em I&D em 2005



Fonte: IPCTN 2005

## Evolução do número de pessoas afectas à I&D 2003-2005



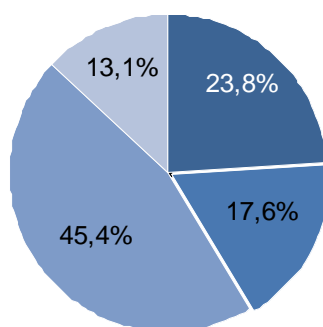
Fonte: IPCTN 2003 e IPCTN 2005

O Ensino Superior era o sector de execução que tinha o maior número de profissionais ao serviço na área da I&D em 2005, totalizando 11.680 trabalhadores, o correspondente a 45,4% do total nacional. As empresas, apesar de terem sido responsáveis pelo maior volume de gastos em I&D, absorviam apenas 23,8% do capital humano em actividade. Por seu turno, o Estado e as IPSFL eram os sectores de execução com os quadros mais reduzidos na área da I&D, que não ultrapassava os 4.533 e os 3.381 colaboradores, o correspondente a 17,6% e 13,1% do total nacional, respectivamente. O gráfico seguinte mostra como estavam distribuídos os recursos humanos em actividade de investigação e desenvolvimento no ano de 2005.

## Recursos Humanos por sector de execução em 2005

### Total nacional

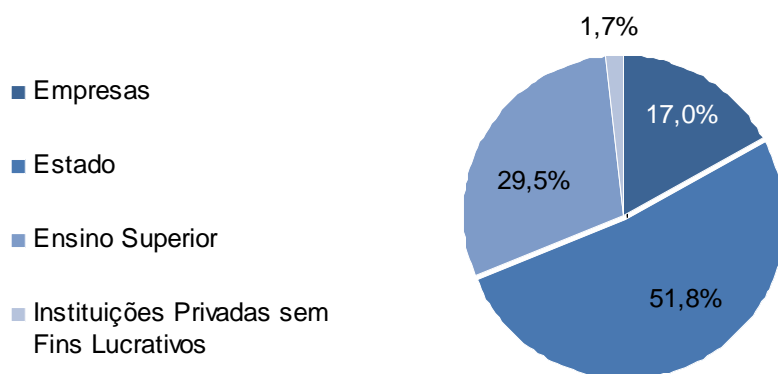
- Empresas
- Estado
- Ensino Superior
- Instituições Privadas sem Fins Lucrativos



Fonte: IPCTN 2005

Na Região Autónoma da Madeira, a estrutura do trabalho desenvolvido na área da investigação e desenvolvimento apresenta uma forte correspondência com a estrutura dos gastos realizados. Com efeito, em 2005, o sector “Estado” tinha ao serviço 51,8% dos profissionais a exercer actividades na área da I&D na Região, totalizando 151 pessoas, quase o dobro dos afectos ao Ensino Superior (85) e mais do triplo dos vinculados às empresas (50). As Instituições Privadas sem Fins Lucrativos da Região tinham apenas 5 colaboradores.

## Recursos Humanos por sector de execução em 2005 na RAM



Fonte: IPCTN 2005

Este Boletim Informativo também pode ser consultado em: <http://www.idr.gov-madeira.pt/pt/boletimplan.asp>

Sugestões e comentários: [planeamento@idr.gov-madeira.pt](mailto:planeamento@idr.gov-madeira.pt)

Fonte: Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2005